

## ■ Notas sobre o conceito de cibernáutica

**Franco Berardi**

A palavra “cibernáutica” é um neologismo útil para definir um novo âmbito de problemática nascido da difusão das tecnologias de comunicação de rede e da formação do ciberespaço: o espaço de rede em que se criam, se trocam e se entrelaçam fluxos de informação digitalizada. O que significa cibernáutica? Esta expressão alude a dois campos conceituais distintos: um, é aquele do “ciber”, isto é, das tecnologias de simulação, conexão e ampliação das capacidades de elaboração do cérebro humano; o outro, é aquele da “náutica”, isto é, o exercício de uma capacidade de navegação no ciberespaço para fins produtivos, culturais e existenciais.

A cibernáutica está destinada a modificar as formas da política. Aliás, provavelmente, está destinada a tomar, em boa parte, o lugar que a política tem ocupado no curso da modernidade. É sobre a relação entre cibernáutica e política que quero concentrar minha atenção.

Todos sabem que as tecnologias eletrônicas introduzem um elemento de descontinuidade radical nos processos de comunicação. Mas não é fácil liberar-se de uma idéia instrumental da comunicação, ou seja, da idéia de que a comunicação seja a esfera através da qual se veicula consenso, o plano sobre o qual a política cria suas possibilidades de governo e de transformação. Mas isto ainda é verdadeiro?

A comunicação tende a ser cada vez menos o instrumento através do qual se forma a esfera pública e tende sempre mais a identificar-se com a esfera pública. Isso pode ser entendido quando usamos a palavra virtualização. A virtualização é a identificação crescente da esfera pública com o ciberespaço. A atualidade política italiana dos últimos anos constitui um ótimo exemplo para compreender esta questão.

A função da comunicação e das tecnologias comunicativas na formação da esfera pública tornou-se objeto de reflexão política no momento

em que um grupo financeiro - que controla uma enorme seção do sistema de telecomunicações, a FININVEST - entrou na cena eleitoral com os resultados que todos conhecemos. Os políticos tiveram que esperar que um certo senhor, a quem havia sido permitido por as mãos sobre a maioria do sistema telecommunicativo, se tornasse presidente do conselho para dar-se conta do fato de que a ligação entre política e comunicação é mais estreita do que aquilo que a politologia havia previsto. O problema foi colocado com atraso e de maneira preocupante. O debate sobre as garantias de acesso paritário à comunicação televisiva, sobre a chamada *par conditio* e sobre as regras da comunicação é puramente formal, não apreende o essencial da mutação induzida pelas tecnologias comunicativas de fluxo e, menos ainda, as potencialidades inovadoras contidas nas tecnologias de rede. Todo o debate se baseia em um quiproquó pré-macluhaniano: a idéia de que a televisão cria consenso é um engano.

O efeito da televisão sobre a mente social não depende da capacidade de persuasão de seus conteúdos, mas da ocupação de tempo mental e do *stress* cognitivo que provoca.

A televisão não é uma máquina persuasiva e sua função política não consiste na produção de consenso. Ao contrário, sua função é a de dissolver o sentido, afastar o equilíbrio da comunicação da esfera discursiva para a esfera configuracional, logo, a de afastar os efeitos de sentido da dimensão crítica para a dimensão mitológica. Com efeito, trata-se de um dispositivo do tipo pervagante, que age mais sobre o modo de cognição do que sobre os conteúdos da vontade e da ideologia.

### **Dissolução da democracia moderna**

A forma democrática parece estar sendo sempre submetida a uma radical redefinição. A democracia pressupõe um modelo fundado sobre a (relativa) independência do processo de formação da vontade individual, e a vontade, como faculdade específica do organismo consciente, é coligada ao funcionamento global da mente cognitiva. O exercício da vontade não é mero exercício político indeterminado: é exercício de uma faculdade específica do aparato neuro-social.

A mutação do organismo social na época da digitalização, a integração da atividade mental ao sistema global da produção capitalista, a invasão do espaço mental por parte de agentes semióticos de funcionamento viral e subliminarmente mutagênico, reviram completamente o processo de formação da esfera pública. A dissolvência da democracia moderna está inscrita na criação de um ciberespaço integrado, na formação de um *continuum* orgânico-inorgânico ao qual a mente coletiva e individual está conectada através de redes digitais. A mutação que atravessa o organismo social dissolve o próprio problema da democracia. Não se pode mais falar de confronto de opiniões como se as opiniões fossem livres e como se fossem o resultado de um processo individual independente dos fluxos virais de modelação do sistema neuro-social.

Não podemos também crer que a decisão política ainda tenha muita ligação com as opiniões. No nível presente de complexidade do mecanismo social, a decisão global depende cada vez menos da opinião ou das vontades.

Em seu recente livro *Out of Control*, Kevin Kelly (atual diretor da revista *Wired*) sustenta que, no mundo que se vem formando, a força dos automatismos tecno-sociais (cognitivos, relacionais, financeiros, produtivos) é infinitamente superior à força da vontade política. Kelly acredita que se está formando um super-organismo independente das vontades políticas. A mente global funciona segundo automatismos que não podem ser modificados pelas mentes individuais, nem pela vontade coletiva.

### **Mutação paradigmática**

O debate sobre a regulamentação formal da comunicação televisiva deve dar vez à discussão sobre a alternativa entre os modelos paradigmáticos implícitos nas tecnologias de comunicação. A questão da democracia não deve ser posta em termos de controle sobre os conteúdos que o sistema tele-comunicativo veicula, mas em termos de escolhas tecno-comunicativas, em termos de escolha entre interfaces tecno-sociais. Não se trata de identificar uma tecnologia de comunicação com um modelo político. É simplista ver na televisão, em virtude de sua estrutura cêntrica e monodirecional, um modelo

de direita, ou na rede, acêntrica e bidirecional por vocação, um modelo de esquerda. Isto leva a uma utopia tecnológica de rede segundo a qual, quanto mais se difundir o acesso à Internet, mais a sociedade se tornará democrática.

Não é verdade que a difusão das redes telemáticas traga consigo um alargamento da democracia existente nem o nascimento de uma forma nova de democracia. Se a vida cotidiana é pobre, não se tornará mais rica apenas porque podemos comunicar a miséria em rede. A rede não é um instrumento de democracia; pode até sê-lo, mas de modo totalmente marginal. A rede é, antes, o paradigma de um modelo de democracia possível, uma democracia sem referência ao centro, não mais redutível à forma do estado nacional nem à forma global da decisão. Repensar a noção de democracia pode derivar de uma invenção paradigmática que utiliza o modelo da rede, mas não será a consequência mecânica de uma difusão quantitativa das redes. A verdade é que a mutação em curso age em tal profundidade nas modalidades de relação social, que as noções de direita e esquerda, herdadas da história política moderna, já não explicam muito as alternativas que se delineiam no panorama sócio-cultural presente. Se quisermos encontrar uma alternativa ética, política e também estética, devemos fazê-lo abandonando os critérios que convinhram a um contexto sócio-cultural que se dissolveu. Estes critérios devem ser inventados, sem continuidade com as alternativas que conhecemos e, para fazê-lo, é necessário compreender que a mutação essencial não é a que investe os conteúdos da comunicação, mas a que investe o modelo paradigmático que informa a cognição e a produção social.

Que significa paradigma? O conceito de paradigma, introduzido na discussão epistemológica por Thomas Kuhn, no livro *La struttura delle rivoluzioni scientifiche* (A estrutura das revoluções científicas), é a matriz de formação de um universo de sentido construído a partir da ação humana. Possuir a chave de acesso a um universo de sentido não significa poder introduzir-se em um mundo já pronto, mas construí-lo interagindo com as constelações de sentidos já existentes, projetando signos e objetos que organizam o caos.

O paradigma é o modelo interpretativo e projetivo capaz de gerar infinitos processos de interação entre o homem e o ambiente, segundo um

mesmo princípio compositivo. Neste sentido, o paradigma é a interface de um sistema que compreende organismo consciente e mundo real. A formação do ciberespaço integrado não pode ser interpretada, e menos ainda governada, de acordo com as modalidades do paradigma que dominou a política moderna. Somente quando começarmos a nos liberar do paradigma mecânico e linear, do paradigma historicista e voluntarista, em suma, dos modelos de pensamento prático que modelaram a mente moderna, poderemos começar a raciocinar em termos de cibernáutica.

“A idéia subentendida na noção de *brainframe* é que as tecnologias de elaboração e de informação enquadram nosso cérebro em uma estrutura e que cada uma delas o desafia a fornecer um modelo diverso mas igualmente eficaz de interpretação. O cérebro humano é um ecossistema biológico em constante diálogo com a tecnologia e a cultura.” (Derrick de Kerkhove, *Brainframes*, 1991).

A noção de *brainframe* traduz, em termos psicognitivos, o conceito de paradigma. O que de Kerkhoves chama de *brainframe* pode ser considerado como uma estruturação particular da atividade mental, como uma predisposição cognitiva do organismo. A atividade de cognição encarna o funcionamento de um paradigma e projeta mundos de experiências que são modelados segundo um certo paradigma.

O paradigma é um circuito “pré-cabeado” da cognição coletiva que se coloca como gerador de atos performativos da mente, isto é, como *epistème* prática. O paradigma é, portanto, um modelo de “pré-cabeamento” que permite a um organismo consciente cumprir uma série de automatismos cognitivos cada vez que se vê diante da necessidade de interpretar os signos que o circundam ou de emitir signos para o mundo circunstante. Modificar estes automatismos, modificar o sistema de pré-cablagem, é um processo complicadíssimo que podemos definir como mutação tecno-cognitiva. A cibernáutica é a ciência que se ocupa dos processos de mutação cognitiva em ação na passagem da sociedade industrial à sociedade digital.

### **Ciberespaço e cibertempo**

Chamamos de ciberespaço o universo global das relações possíveis

em um sistema neuro-rizomático que conecte virtualmente cada terminal humano a qualquer outro terminal humano, simultaneamente, através das tecnologias digitais e na forma de rede.

Chamamos de cibertempo a intensidade da experiência através da qual o organismo consciente pode elaborar os dados que o circundam no ciberespaço. Enquanto a esfera objetiva do ciberespaço se expande à velocidade das tecnologias eletrônicas, o núcleo subjetivo do cibertempo evolui nos ritmos lentos da corporeidade, do gozo e do sofrimento.

Após a difusão das tecnologias digitais, a composição tecnológica do mundo se modificou, mas os tempos de reação psíquica de que os indivíduos e a sociedade são capazes não se adequaram linearmente; os homens continuam em suas formas de vida individual - e mais ainda nas formas de vida associada - a interagir com o mundo real segundo modelos interpretativos e modalidades práticas que se sedimentaram no curso da longa história passada. A mudança do ambiente infoesférico e tecnológico é enormemente mais rápida que a mudança cultural e, sobretudo, que a mudança cognitiva.

No curso dos últimos decênios a crosta infoesférica espessou-se desmesuradamente, o ciberespaço tornou-se sempre mais densamente povoado e o estímulo informativo conseguiu atingir cada átomo de atenção. O ciberespaço tende a crescer ilimitadamente, mas o tempo mental disponível é limitado. O ciberespaço expande-se em velocidade crescente e, nele, os fluxos de solicitação informativa e sensorial circulam em tempo real, graças à aceleração que a microeletrônica tornou possível.

O cibertempo, ou melhor o tempo de atenção disponível socialmente não pode ser acelerado no mesmo ritmo. O cibertempo é, de fato, a intensidade da experiência através da qual o organismo consciente elabora os dados que o circundam no ciberespaço. E enquanto a esfera objetiva do ciberespaço se expande em uma velocidade impressionante, o núcleo subjetivo do cibertempo evolui nos ritmos lentos da matéria orgânica da corporeidade, do gozo e do sofrimento. Podemos aumentar o tempo de exposição do organismo à informação, mas a experiência não pode ser intensificada além de um certo limite. Além de um certo limite, a aceleração da experiência provoca uma diminuição da consciência dos estímulos e uma perda de intensidade que interessa à esfera da estética, da erótica e da ética. A ace-

leração produz um empobrecimento da experiência porque estamos expostos a uma massa crescente de estímulos que não podemos elaborar segundo as modalidades intensivas do gozo e do conhecimento. O ciberespaço invade, até ao estrangulamento, a esfera da sensibilidade cibertemporal. A sensibilidade está no tempo; o espaço tornou-se denso demais para que o tempo orgânico possa elaborá-lo de modo a poder gozá-lo. É neste cruzamento de ciberespaço eletrônico e cibertempo orgânico que se encontra a questão fundamental da mutação em curso, a mutação que atravessa os organismos individuais, os povos e o sistema telecommunicativo universal, sempre mais levado a mover-se como um super-organismo hiperconsciente que envolve todo o planeta.

Tradução **Eliana Aguiar**